

José Magalhães

Políticos.pt

É uma honra estar aqui hoje no Grémio Literário a apresentar este livro do José Magalhães, tão ilustre casa de reflexão sobre Portugal e os seus caminhos.

Agradeço por isso o convite que o José Magalhães me dirigiu para estar aqui.

Gostaria de dar em primeiro lugar os parabéns ao José Magalhães por ter escrito este livro agora. Porque existe uma Comissão Parlamentar precisamente dedicada á questão da transparência do trabalho político que pode beneficiar deste seu estudo.

Com o distanciamento necessário de alguém que já não é político no activo, mas tem toda a experiência acumulada que lhe permite compreender as minúcias do funcionamento da casa por dentro, de quem lá esteve durante décadas.

E não esteve parado. Porque o autor faz parte de um grupo distinto de parlamentares auto-reflexivos, isto é que tem contribuído para o aperfeiçoamento da democracia.

Conhecemo-lo sobretudo pelo excelente trabalho que desenvolveu promovendo a entrada do Parlamento português no mundo digital, contribuindo para a sua modernização e acessibilidade junto dos cidadãos. Mas como percebemos no livro, ele também esteve ao longo do tempo em que foi

deputado envolvido nas sucessivas reformas legislativas que o Estatuto dos Deputados tem sofrido.

Ao livro que nos traz aqui hoje, José Magalhães dá-lhe um nome despretensioso, chama-lhe um “guia prático” das remunerações de altos cargos da República. E de facto, este é um livro que se pode simplesmente consultar, se se quiser porque cada uma das secções é autónoma das outras. É um livro despretensioso, sim, mas bem escrito, que o autor tem o dom da palavra, afinado por muitos anos de actividade parlamentar, e alguma veia literária, diria, sabendo muito bem argumentar as suas causas. Despretensioso, mas polémico, por levantar o véu a questões cruciais de falta de transparência. E importante, pois José Magalhães fez aqui um trabalho de investigação minucioso, e tanto mais notável a meu ver porque, sendo um jurista, não se ficou pela evolução legislativa do estatuto dos deputados.

Diz que não quis fazer uma obra académica, e isso parece depreciativo, embora não saiba muito bem porquê, **Mas na verdade esta obra tem todos os ingredientes de uma investigação científica, porque inclui os seguintes componentes : tem uma questão central, um objectivo explícito.** A questão central é perceber como é que a selva legislativa que tem crescido e multiplicado sobre os detentores dos altos cargos da República se concretiza em valores financeiros. **Os objectivos são** apresentar as consequências práticas

dessa legislação e fazer sugestões de reforma para melhorar a enorme falta de transparência e fiscalização que existe nesse meio.

É uma obra rigorosa devido à metodologia empregue: seguiu um guião sistemático de recolha de dados empíricos junto do CADA- Comissão de Acesso aos Dados Administrativos. O livro é inovador – o autor Foi a primeira pessoa a pedir cópia dos recibos mensais dos parlamentares, o que nos diz alguma coisa sobre a mobilização da sociedade civil e dos media e a vontade de responsabilização do poder político, para lá das críticas gratuitas que se fazem ouvir.

Mas poderia ser considerada uma obra científica pelo acesso que permite aos dados a todos que os queiram conhecer: este livro tem um site irmão, construído para o efeito, o políticos.pt onde encontramos exemplos anonimizados das remunerações de políticos. O princípio do acesso às fontes é aqui defendido dando o exemplo.

Depois, faz comparações. Não basta sabermos quanto ganha um titular de um alto cargo da República, é preciso ver como são os salários dos portugueses em comparação com os congéneres detentores de cargos europeus e noutros países europeus. Verificamos que os deputados portugueses ganham, do ponto de vista do salário base, mal.

A análise quantitativa dos dados é acompanhada de outra, histórica, que nos vai mostrando a forma como os grupos parlamentares se foram posicionando

em relação ao estabelecimento dos vencimentos dos detentores dos cargos políticos, ao alargamento e redução dos vencimentos bem como dos suplementos associados e das pensões vitalícias dos mesmos. Aqui surgem algumas diferenças ideológicas sobre a natureza do trabalho parlamentar – se o mandato deve ser exclusivo ou se pelo contrário deve haver margem para acumular outras actividades. A direita sempre foi mais aberta á acumulação de actividades, e pela mesma razão menos preocupada com impedimentos e incompatibilidades. De qualquer forma, a evolução

Tira ilações dessa análise. E faz sugestões de reforma do nosso sistema político.

Esta obra trata de questões muito concretas mas que postas no seu devido contexto vemos que remetem directamente para os princípios mais fundamentais da qualidade da nossa democracia: a saber, a questão da natureza da representação política, da transparência que é devida aos cidadãos pelos políticos no desempenho dos cargos, mas também da necessária dignificação do trabalho político, e mesmo à capacidade que as instituições políticas podem e devem ter para se regenerar.

Este é um livro importante num tempo de populismos. Essa palavra tem sido utilizada para muitos fins, mas no seu âmago caracteriza movimentos que distinguem entre o bom povo da elite política corrupta e corporativa, que se serve a si própria e se esquece da função mais nobre de fazer política para servir

a sociedade. Num tempo de insatisfação colectiva generalizada com a classe política, este livro diria que é um contributo impiedoso mas construtivo sobre os vencimentos dos altos cargos da República.

Impiedoso porque o que José Magalhães faz é mostrar que dentro da Assembleia da República vigora um salário base muito baixo do ponto de vista comparativo com outros Parlamentos europeus – pensemos que limpos um deputado pode levar para casa 1.300 euros ao fim do mês. A este baixo valor podem ser adicionados suplementos dependendo do círculo de eleição do deputado. É sobretudo aí, tal como mostra José Magalhães, que está instalada a grande confusão e a falta de transparência: os suplementos são pagos sem verificação de morada de residência, não se faz contra facturas que façam prova de deslocação. Há aí uma grande opacidade que uma auditoria às contas e procedimentos poderia facilmente resolver. Esta é a sugestão prática que José Magalhães faz no livro, pondo a descoberto uma série de procedimentos que sinceramente não dignificam o Parlamento português, nem estão a par das boas práticas que já ocorrem na administração pública portuguesa. Acho que se este livro tivesse o mérito de instituir uma auditoria profunda a estas práticas, seria um excelente contributo para a qualidade da democracia.

Não podemos, apesar de tudo esquecer que foram retirados aos deputados as pensões vitalícias bem como os subsídios de reintegração. Inicialmente instituídas no seguimento de oito anos de mandato, esse prazo

foi alargado para doze, e em 2005 acabou por ser retirado, sendo que a medida foi aplicada sem retroactivos, tal como seria de esperar.

Portanto, visto de forma global, existe de facto um problema de grande falta de transparência no acesso a subsídios de deslocação, e outros suplementos vários, com total falta de fiscalização por parte da Assembleia da República, facto que este livro mostra pormenorizadamente. Isso no entanto, ocorre a par de uma degradação geral em perspectiva comparada tanto do valor base do salário do deputado, como do seu acesso a pensão de reforma aquando da cessão de funções. Seria importante, debater, e penso que é o objectivo último do autor, ver todas estas questões no seu conjunto. Sendo preferível dignificar o trabalho do deputado do ponto de vista do salário base, tornar todos os suplementos só atribuíveis se associados a comprovativos de despesa, bem como de visitar a questão das pensões parlamentares. Tendo em conta que a progressivo aumento das incompatibilidades e impedimentos, com a situação actual só um homem ou uma mulher ricos, ou como diria o José Magalhães, um louco mal informado é que se dedicariam em exclusividade à política.

Do ponto de vista da reforma e dignificação do papel deputados da republica, é preciso olhar para não apenas os vencimentos e as regalias no seu conjunto, mas também para o lugar do deputado e a representação política que é levada a cabo por cada um. A nossa Assembleia não valoriza o trabalho

do deputado, nem no Parlamento, nem e sobretudo no círculo pelo qual foi eleito. Assim sendo há uma falta de diferenciação entre deputados assíduos e que trabalham dos que nada fazem a não ser picar o ponto. E também não se incentiva nem valoriza a relação com o cidadão em agonia há vários anos. Não penso pois que se possa pensar tudo isto sem considerar a reforma do sistema eleitoral, nomeadamente através da introdução do voto preferencial.

A introdução do voto preferencial é comum na UE, pode ser feita sem retirar todo o poder legítimo que o partido deve ter na elaboração das listas. Não transforma a Assembleia num Congresso americano onde cada um vota consoante os benefícios para o seu círculo, mas instituiria um incentivo seguro para o desenvolvimento do trabalho individual do deputado no círculo, para a maior diferenciação do trabalho parlamentar, para contribuir para um Parlamento de trabalho e não um parlamento de plenário onde só aparecem os que estão na primeira fila da bancada parlamentar. Eu publiquei há um ano um estudo realizado em 2015 aquando das eleições legislativas que mostra que os portugueses conseguem facilmente votar preferencialmente, mesmo num círculo da dimensão de Lisboa. Fizemos uma simulação do voto à boca das urnas onde pedimos aos eleitores que votassem tal como na Holanda, isto é apresentando-lhes todos os candidatos e a taxa de nulos e brancos foi idêntica á que se verificou nos resultados oficiais para o círculo de Lisboa. Vejam a Holanda que esta semana passada votou e com um boletim de voto preferencial obteve 82% de participação eleitoral.

Julgo pois, que a dignificação dos detentores dos altos cargos da república precisa de ser pensado de forma a incluir várias dimensões: a limpeza da floresta legislativa obscura que o José Magalhães nos apresenta; a reaproximação dos eleitos aos cidadãos através da instituição do voto preferencial, para que os mandatos parlamentares possam tornar-se mais interessantes para os próprios e para os eleitores que votam neles sentirem-se mais representados. E depois, uma reapreciação global da remuneração do deputado, a par dos impedimentos e incompatibilidades, combatendo os conflitos de interesse sem colocar os deputados á margem da sociedade inteiramente do ponto de vista profissional. É possível, mas há que ter alguma coragem política para mudar não aqui e ali incrementalmente, mas de forma global. Mais uma vez parabéns ao José Magalhães pelo contributo que veio dar a esta causa.